

Brasília, 06 de Abril de 2011.

**Excelentíssima Senhora Presidenta da República
Dilma Roussef**

Excelentíssimos Senhores
Ministro da Justiça Luiz Eduardo Cardozo

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho

Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos Maria do Rosário

Ref.: Indicação de Advogados para o Cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça – Regulamentação do Procedimento de Indicação Presidencial - Compromisso com os Direitos Humanos como Critério para a Indicação

Desde a metade do ano de 2010, com a vacância da vaga de Ministro na Suprema Corte, a sociedade vem desenvolvendo atividades e debates sobre a importância dos cargos de Ministros dos Tribunais Superiores para a democratização da justiça.

Neste sentido, foi enviada em Julho de 2010 ao Exmo. Sr. Presidente da República uma carta assinada por mais de quarenta entidades de todo o Brasil, reivindicando que o compromisso com os direitos humanos fosse elevado a critério primeiro e fundamental para as indicações presidenciais. Inúmeras outras manifestações da sociedade se fizeram ouvir.

Compreendendo que a participação social na administração da justiça consiste em um promissor mecanismo para a sua democratização, as organizações que abaixo subscrevem protocolaram ofício TDD nº05/2011 junto à secretaria da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, no intuito alterar o procedimento da sabatina dos Ministros dos Tribunais Superiores indicados pelo Poder Executivo, o que deu origem ao PRS nº 08/2011, de autoria do Senador Roberto Requião, visando estabelecer mecanismos de consulta e audiência pública no referido procedimento.

Assim como na iniciativa em trâmite no Senado Federal, entendem que cabe também ao Poder Executivo dialogar sobre a regulamentação republicana da indicação presidencial aos cargos de Ministros dos Tribunais Superiores, a exemplo do Decreto Presidencial Argentino 222/2003.

Reivindica-se, neste sentido, a instituição de comprovação do compromisso com os Direitos Humanos ao longo da carreira, como critério objetivo e qualitativo para tão importante cargo da Justiça. E que se dignem Vs. Exas. a realizar o debate social sobre os critérios republicanos brasileiros para indicação presidencial, bem como experiências de outros países sobre o processo de indicação e nomeação de Ministro para a Suprema Corte.

Assinam este ofício:

Antonio Escrivão Filho
Terra de Direitos

Rodnei Jericó
Geledés – Instituto da Mulher Negra

Salomão Ximenes
Ação Educativa

Eduardo Fernandes
Dignitatis Assessoria Técnica Popular

Eloisa Machado
Conectas Direitos Humanos